

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

ADMINISTRAÇÃO: CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Clayton Robson Moreira da Silva
(Organizador)



 **Atena**
Editora
Ano 2021

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Clayton Robson Moreira da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

A238 Administração: ciência e tecnologia, estratégia, administração pública e estudos organizacionais / Organizador Clayton Robson Moreira da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-884-7

DOI 10.22533/at.ed.847211003

1. Administração. 2. Estratégia. I. Silva, Clayton Robson Moreira da (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

O livro “Administração: Ciência e Tecnologia, Estratégia, Administração Pública e Estudos Organizacionais” é uma obra publicada pela Atena Editora e divide-se em dois volumes. Este primeiro volume reúne um conjunto de vinte e cinco capítulos, em que são abordados diferentes temas que permeiam o campo da administração. Compreender os fenômenos organizacionais é o caminho para o avanço e a consolidação da ciência da administração, possibilitando a construção de um arcabouço teórico robusto e útil para que gestores possam delinear estratégias e tomar decisões eficazes do ponto de vista gerencial, contribuindo para a geração de valor nas organizações.

Nesse contexto, compreendendo a pertinência e avanço dos temas aqui abordados, este livro emerge como uma fonte de pesquisa rica e diversificada, que explora a administração em suas diferentes faces, uma vez que concentra estudos desenvolvidos em diferentes contextos organizacionais. Assim, sugiro esta leitura àqueles que desejam expandir seus conhecimentos por meio de um material especializado, que contempla um amplo panorama sobre as tendências de pesquisa e aplicação da ciência administrativa.

Além disso, ressalta-se que este livro visa ampliar o debate acadêmico, conduzindo docentes, pesquisadores, estudantes, gestores e demais profissionais à reflexão sobre os diferentes temas que se desenvolvem no âmbito da administração. Finalmente, agradecemos aos autores pelo empenho e dedicação, que possibilitaram a construção dessa obra de excelência, e esperamos que este livro possa ser útil àqueles que desejam ampliar seus conhecimentos sobre os temas abordados pelos autores em seus estudos.

Boa leitura!

Clayton Robson Moreira da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A APLICAÇÃO DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO NO BRASIL FRENTE AOS ÓRGÃOS JULGADORES E FISCALIZADORES

José Bione de Melo Neto

Ana Paula Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110031

CAPÍTULO 2..... 22

A GARANTIA CONSTITUCIONAL DE ACESSO À INFORMAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE TERESINA-PI

Aldo Vieira Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.8472110032

CAPÍTULO 3..... 38

ANÁLISE DO CONTROLE SOCIAL NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA À LUZ DO ACESSO À INFORMAÇÃO: PESQUISA EM SEIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Cezar Andrade Marques de Azevedo

DOI 10.22533/at.ed.8472110033

CAPÍTULO 4..... 50

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES

Sabrina Sousa Moraes

Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino

Clayton Robson Moreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.8472110034

CAPÍTULO 5..... 63

GASTOS COM PESSOAL: ANÁLISE COMPARATIVA DOS MUNICÍPIOS DA MICRORREGIÃO DE VARGINHA-MG POR MEIO DA ANÁLISE ENVOLTÓRIA DE DADOS

Adriano Antonio Nuintin

Paulo Roberto Rodrigues de Souza

Maria Aparecida Curi

Richardson Coimbra Borges

DOI 10.22533/at.ed.8472110035

CAPÍTULO 6..... 81

ANÁLISE DA EXECUÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS DA UNIÃO PARA AS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO NORDESTE BRASILEIRO ENCERRADAS NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

Jonas Rafael Pereira dos Santos

Alexsandro Xavier Querino Lima

Mateus Cunha Rabelo

Francisco Mairton da Silva

Felipe Ribeiro Pontes

DOI 10.22533/at.ed.8472110036

CAPÍTULO 7.....	99
DEPENDÊNCIA DOS MUNICÍPIOS CEARENSES EM RELAÇÃO AO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS	
Adriano Santiago Lima	
Cíntia Vanessa Monteiro Germano Aquino	
Clayton Robson Moreira da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8472110037	
CAPÍTULO 8.....	113
A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA	
Juliana Cristina Sousa da Silva	
Elemar Kleber Favreto	
DOI 10.22533/at.ed.8472110038	
CAPÍTULO 9.....	125
O POTENCIAL DE <i>ACCOUNTABILITY</i> NOS PARECERES PRÉVIOS DO TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA	
Antonio Emanuel Andrade de Souza	
Elvia Mirian Cavalcanti Fadul	
DOI 10.22533/at.ed.8472110039	
CAPÍTULO 10.....	146
ESCOLARIDADE DOS GESTORES MUNICIPAIS E A APROVAÇÃO DAS CONTAS PÚBLICAS: EVIDÊNCIA DO ESTADO DO PARÁ	
Délio Amaral Viana	
Aridelmo José Campanharo Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100310	
CAPÍTULO 11.....	164
GOVERNANÇA PARA COMPRAS PÚBLICAS SUSTENTÁVEIS: UM ESTUDO NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE REDES SOCIAIS	
Eduardo Souza Seixas	
Renelson Ribeiro Sampaio	
Luciel Henrique de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.84721100311	
CAPÍTULO 12.....	185
CONCEITOS TEÓRICOS E A APLICAÇÃO PRÁTICA DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: UM ESTUDO EM UMA EMPRESA PÚBLICA DO SETOR DE SANEAMENTO BÁSICO	
Paulo César Schotten	
Daiany Gomes Moreira	
Hugo Vinícius Colman Soares	
José Roberto Grasiel	
Nayara Jaqueline Gonçalves	
DOI 10.22533/at.ed.84721100312	

CAPÍTULO 13..... 198

GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA DENTRO DO SISTEMA PENITENCIÁRIO: A DICOTOMIA ENTRE PLANO E REALIDADE

Maria Vanessa de Souza Araújo

Nara Raysa de Sousa

Tiago Deividly Bento Sera im

DOI 10.22533/at.ed.84721100313

CAPÍTULO 14..... 206

INCIDÊNCIA DE MORTALIDADE POR DIABETES NA INFÂNCIA NO BRASIL: COMPARATIVO ETÁRIO NO PERÍODO DE 2018 A 2020

Ana Maria Ribeiro Fonseca

Giovanna Brasil Pinheiro

Luiz Phillipe Silva Azevedo

Rafael Cruz Mariz

DOI 10.22533/at.ed.84721100314

CAPÍTULO 15..... 211

PERFIL EPIDEMIOLÓGICO DA HANSENÍASE EM UM MUNICÍPIO CEARENSE ENTRE 2008 E 2018

Maira Pereira Sampaio Macêdo

Bruna Raquel Moraes Cunha

Miguel Marx

Tatiana de Menezes

Érika Sobral da Silva

Paula Suene Pereira dos Santos

Joana Raione Arrais Antunes

José Wanderson Carvalho Noronha

Francisco Diego da Silva Xavier

Priscila Nadine Dias Santana

Anna Karen Sales Rodrigues

Emanuely Castro Alves

DOI 10.22533/at.ed.84721100315

CAPÍTULO 16..... 222

AVALIAÇÃO DA ACESSIBILIDADE NAS PRAÇAS E PARQUES DA CIDADE DE SÃO BORJA-RS

Cláudio Gabriel Soares Araújo

Kellem Paula Rohã Araújo

Fátima Regina Zan

Tanise Brandão Bussmann

Carmen Regina Dorneles Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.84721100316

CAPÍTULO 17	238
FORMAÇÃO DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE A DISTÂNCIA: O OLHAR DOS CURSISTAS SOBRE ASPECTOS INDICADORES DA QUALIDADE SOCIAL NO CURSO <i>LATO SENSU</i>	
Gercina Dalva	
DOI 10.22533/at.ed.84721100317	
CAPÍTULO 18	244
ENSINO REMOTO DA ÁREA TÉCNICA DE ADMINISTRAÇÃO PARA A CONVERSÃO DO CONHECIMENTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE ENSINO, DURANTE A PANDEMIA, NOS CURSOS TÉCNICOS EM ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO – <i>CAMPUS TEIXEIRA DE FREITAS</i>	
Aline Fonseca Gomes	
Vagner Costa Oliveira	
Joselito da Silva Bispo	
Sara Mendes Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.84721100318	
CAPÍTULO 19	256
A PANDEMIA E O ROMPIMENTO DE BARREIRAS NA EDUCAÇÃO: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DOS DOCENTES DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO	
Márcio Dourado Rocha	
Rosalina Maria Lima Leite do Nascimento	
Marcos Flavio Portela Veras	
Rhogério Correia de Souza Araújo	
Ieso Costa Marques	
Juliana Luíza Moreira Del Fiacco	
Regiane Janaína Silva de Menezes	
Elizabeth Cristina Soares	
DOI 10.22533/at.ed.84721100319	
CAPÍTULO 20	262
A EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE COVID-19: PREMISSAS DA EAD E DESAFIOS PARA GESTÃO DAS IES NA ABORDAGEM DA GOVERNANÇA DA INTERNET	
Diólia de Carvalho Graziano	
Luiz Fernando Gomes Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.84721100320	
CAPÍTULO 21	282
REFLEXÕES SOBRE AUTORIA DE PESQUISAS APLICADAS NO LABORATÓRIO DE GESTÃO	
Maria Carolina Conejero	
DOI 10.22533/at.ed.84721100321	
CAPÍTULO 22	299
CENÁRIO ATUAL DAS COMISSÕES DO GRUPO PET ENGENHARIAS IFBA COMO FORMA DE ORGANIZAÇÃO DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES	
Felipe Gonçalves Moura	

Guilherme Gil Fernandes
Julianny de Souza Oliveira
Lara de Oliveira Carvalho
Luca de Almeida Brito
Marília Aguiar Rodrigues
Mikelly Bonfim Anjos
Pedro Henrique Rocha Chaves
Sérgio Ricardo Ferreira Andrade Junior
Thavane Ferreira de Almeida
Alex França Andrade
Joseane Oliveira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.84721100322

CAPÍTULO 23.....303

FATORES LIMITANTES AO EMPREENDEDORISMO NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Fabício Longuinhas Silva
Marcelo Santana Silva
Eduardo Oliveira Teles
André Luis Rocha de Souza
Maria Valesca Damásio de Carvalho Silva
Eduardo Cardoso Garrido

DOI 10.22533/at.ed.84721100323

CAPÍTULO 24.....316

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DE FATORES DA INTENÇÃO EMPREENDEDORA SUSTENTÁVEL DE ESTUDANTES AMAZONENSES

Aristides da Rocha Oliveira Junior
Francisco Assis Barros de Oliveira
Roderick Cabral Castello Branco
Maria Stela de Vasconcellos Nunes de Mello
Afrânio de Amorim Francisco Soares Filho

DOI 10.22533/at.ed.84721100324

CAPÍTULO 25.....338

EMPREENDEDORISMO SOCIAL E CLÁSSICO: REFLEXÕES DO MODELO DE NEGÓCIO

Isabella Ferreira Friso
Marta Fabiano Sambiasi

DOI 10.22533/at.ed.84721100325

SOBRE O ORGANIZADOR.....352

ÍNDICE REMISSIVO.....353

CAPÍTULO 8

A ACCOUNTABILITY COMO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Data de aceite: 01/03/2021

Data de submissão: 05/02/2021

Juliana Cristina Sousa da Silva

Universidade Federal de Roraima – UFRR
Boa Vista – RR
<http://lattes.cnpq.br/0744566690011490>

Elemar Kleber Favreto

Universidade Estadual de Roraima – UERR
Boa Vista – RR
<http://lattes.cnpq.br/6236740867535912>

RESUMO: A accountability é um ramo da contabilidade utilizado para se referir, principalmente, à prestação de contas e à criação de mecanismos que cobrem ações e responsabilidades por parte dos gestores públicos. A contabilidade pública vem se tornando cada vez mais importante nesses tempos de instabilidade política e social, pois o papel dela é organizar e sistematizar as informações necessárias à gestão das instituições públicas, fornecendo, assim, os instrumentos necessários para a avaliação e o desenvolvimento da gestão das organizações públicas. O presente estudo tem por objetivo principal apresentar e analisar os principais conceitos que envolvem a accountability, verificando a sua funcionalidade como ferramenta de desenvolvimento da gestão pública e aperfeiçoamento das organizações.

PALAVRAS-CHAVE: Prestação de contas; Contabilidade pública; Organizações.

ACCOUNTABILITY AS AN INSTRUMENT OF EVALUATION AND DEVELOPMENT OF PUBLIC MANAGEMENT

ABSTRACT: Accountability is a branch of accounting used to refer mainly to accountability and the creation of mechanisms that cover actions and responsibilities by public managers. Public accounting has become increasingly important in these times of political and social instability, as its role is to organize and systematize the information necessary for the management of public institutions, thus providing the necessary instruments for the assessment and development of management public organizations. The main objective of this study is to present and analyze the main concepts involving accountability, verifying its functionality as a tool for the development of public management and improvement of organizations.

KEYWORDS: Accountability; Public accounting; Organizations.

1 | INTRODUÇÃO

Os demonstrativos da prestação de contas da gestão pública possibilitam um controle e fiscalização maiores por parte da sociedade civil organizada à medida que concede ao cidadão a liberdade de acesso às informações publicadas pelo Estado (MORAES, 2013). Além disso, a prestação de contas objetiva demonstrar a correta aplicação dos recursos recebidos, na forma prevista pela legislação pertinente (BRASIL, 2012).

Este estudo tem por objetivo elucidar a seguinte questão-problema: Como a accountability pode ser percebida como um instrumento de avaliação e desenvolvimento da gestão pública? Dessa forma, foi estabelecido o seguinte objetivo principal para este estudo: apresentar e analisar os principais conceitos que envolvem a accountability, verificando a sua funcionalidade como ferramenta de desenvolvimento da gestão pública e aperfeiçoamento das organizações.

Para a concretização deste objetivo, nos utilizamos de uma pesquisa qualitativa, que, segundo Gerhardt e Silveira (2009, p. 31): “[...] não se preocupa com a representatividade numérica, mas, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc.”, enquanto que para a análise utilizada foi a bibliográfica que, de acordo com Gil (2008), é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de livros, artigos científicos e documentos. Isso nos permitiu uma compreensão das principais características da accountability no que tange à importância não só das demonstrações para o desenvolvimento das organizações públicas, mas também como instrumento de avaliação das ações governamentais.

O trabalho foi dividido em seis partes que se entrelaçam, mostrando como o conceito de accountability está profundamente ligado à estrutura da contabilidade e do orçamento público, culminando na publicidade das receitas e despesas públicas, seja no âmbito governamental, de modo geral, ou das organizações públicas, de modo particular.

2 | O CONCEITO DE ACCOUNTABILITY

A accountability é, geralmente, compreendida como a capacidade das organizações públicas de prestar contas. Portanto, está relacionada ao uso e gerenciamento dos recursos públicos, onde o titular (cidadão) outorga esta responsabilidade a um representante, ou seja, pressupõe-se que haja duas partes: uma que delega a responsabilidade e a outra que é responsável pelo gerenciamento dos recursos (PALUDO, 2010).

Miguel (2005 p. 27) ressalta a importância do “[...] controle que os poderes estabelecidos exercem uns sobre os outros (accountability horizontal), mas, sobretudo, a necessidade que os representantes têm de prestar contas e submeter-se ao veredito da população (accountability vertical)”. Isso mostra como a prestação de contas deve ser encarada não só como uma obrigação, mas como forma de exercício da própria cidadania.

Rocha (2011, p. 86), por outro lado, explica que:

[...] a accountability vertical é exercida pelos atores sociais em relação aos atores estatais, enquanto a accountability horizontal é exercida no interior do próprio estado pelas diversas agências estatais. Portanto, a accountability vertical é produto da ação política do cidadão e da sociedade, enquanto a accountability horizontal é produto de agências internas ao Estado.

De acordo com Abrucio e Loureiro (2005), a accountability fundamenta-se nas regras estatais intertemporais, sendo, portanto, um instrumento relevante no campo da política econômica, pois é necessário que haja referências transparentes de longo prazo para fatos como: endividamento público, inflação e alocação de recursos orçamentários.

Há de se ressaltar que a accountability na Administração Pública Tradicional (APT) se caracteriza como uma forma hierárquica, jurídica e formal da gestão pública. Nesta, os gestores públicos são basicamente responsáveis pelo processo de implementação das políticas e respondem por essa implantação perante os líderes políticos. Por outro lado, a accountability na nova gestão pública diz respeito aos resultados da ação do governo, ainda que, para tanto, a rigidez dos padrões, das regras e dos procedimentos possa e deva ser quebrada (ROCHA, 2011).

Neste sentido, o termo accountability envolve uma série de conceitos e constructos sociais que envolvem a relação do público com o privado, amparando a própria representação política dentro do Estado Democrático de Direito. Portanto, a accountability está diretamente ligada à contabilidade aplicada ao setor público.

3 | A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

A contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da contabilidade que estuda, interpreta, controla e registra as informações da administração pública. Para Assumpção (2011, p. 24): “[...] trata-se de informações relativas à previsão das receitas, à fixação das despesas e à execução orçamentária, financeira e patrimonial nas três esferas do governo”.

Segundo o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2008), a “Contabilidade aplicada ao setor público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”. Desse modo, a contabilidade pública tem como objetivo ser fonte de informações, onde será evidenciada a situação orçamentária, financeira e patrimonial de uma entidade pública.

A Resolução nº 1.128/2008, que aprovou a NBC T 16.1, diz que o objetivo e o objeto da contabilidade pública é:

[...] fornecer aos usuários informações sobre os resultados alcançados e os aspectos de natureza orçamentária, econômica, financeira e física do patrimônio da entidade do setor público e suas mutações, em apoio ao processo de tomada de decisão; a adequada prestação de contas; e o necessário suporte para a instrumentalização do controle social. O objeto da Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o patrimônio público.

A contabilidade pública, portanto, busca informar à sociedade civil organizada, e seus respectivos órgãos de controle, como as instituições públicas utilizam seus recursos orçamentários e financeiros na execução das políticas e ações que visam o bem público.

As receitas públicas, arrecadadas da população através de impostos e taxas,

servirão para atender às necessidades dessa mesma população através de serviços públicos. Deste modo, o poder público, constituído pelos servidores e agentes públicos, será apenas a esfera administrativa desses recursos, devendo ele aplicar e demonstrar como esses recursos são gastos para o atendimento das necessidades dessa população. A demonstração dos recursos deve ser feita por meio da prestação de contas, instrumento que abrange a total transparência da utilização dos recursos públicos (FERREIRA, 2012).

Segundo a Constituição Federal (1988):

Art. 70. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Todo recurso público utilizado deve ter a sua respectiva prestação de contas associada e, quando necessária, publicada em portais de transparência. Desse modo, deverão prestar contas também as pessoas físicas – não só órgãos das esferas governamentais –, que se utilizam de recursos públicos para a realização de um serviço, como forma de demonstração dos recursos auferidos pela administração pública direta ou indireta.

A prestação de contas é definida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 2004) como sendo a disponibilização, por parte dos administradores públicos, de um conjunto de documentos e informações que possibilitem a análise e avaliação das contas referentes à utilização de um determinado recurso público, de acordo com as competências de cada órgão e/ou autoridade, assim como a periodicidade de utilização desse recurso.

Para Gemenes e Leonardo (2009, p. 4), o Tribunal de Contas da União (2008): “[...] trata a prestação de contas como uma ‘obrigação social e pública de prestar informações sobre algo pelo qual se é responsável’ e afirma que a prestação de contas é a base da transparência e do controle social”. Dessa forma, a prestação de contas constitui um instrumento relevante para a transparência no processo de gestão de entidades do setor público. Portanto, sua exposição deve ser realizada, inicialmente, aos órgãos deliberativos da entidade e aos órgãos fiscalizadores (GEMENES; LEONARDO, 2009).

A prestação de contas, além disso, possui outra prerrogativa importante no processo de desenvolvimento da administração pública, a autoavaliação. Cada órgão ou agente público, no momento de sua prestação de contas, deve realizar, nesse processo, uma avaliação da utilização desses recursos, tendo em vista o Princípio da Eficiência, posto pela Constituição Federal. Assim, o órgão ou agente público pode, na medida em que realiza essa autoavaliação no momento da prestação de contas, tornar os gastos públicos mais

eficientes e eficazes no desenvolvimento das próximas ações que serão desenvolvidas com recursos públicos¹.

A autoavaliação ou a avaliação organizacional serve de parâmetro para um diagnóstico mais apurado das receitas e despesas do órgão ou do agente público, de modo a fomentar uma análise de como tais despesas podem ser minimizadas, tendo os mesmos resultados no desenvolvimento das ações. Assim, a eficiência e a eficácia do serviço público se destacam, mostrando que o desenvolvimento da gestão pública depende desse diagnóstico e dessa análise realizada pelos órgãos e agentes públicos.

4 | A CONTRIBUIÇÃO DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Segundo Ferreira (2012), administração pública é gestão de bens e interesses da coletividade na esfera federal, estadual e municipal, que compreende órgãos que representam o Estado na consecução do bem comum.

Para tanto, no setor público também são aplicados princípios da administração pública que auxiliam na prestação de contas, constituindo premissas que orientam as atividades de planejamento. São princípios da administração pública: racionalidade, previsão, universalidade, unidade, inerência e continuidade (CATAPAN; BERNARDONI; CRUZ, 2013). Os princípios possuem as seguintes definições:

Racionalidade: É a própria essência do planejamento. Consiste na relação de alternativas de ação, com a finalidade de fixar uma conduta final que propicie o máximo aproveitamento dos recursos empregados.

Previsão: Os programas devem ser dimensionados no tempo, ou seja, deve-se fixar o período dentro do qual os objetivos serão atingidos em curto, médio e longo prazo.

Universalidade: O planejamento deve abranger todas as etapas do processo econômico, social e administrativo, para que se tenha orientação coerente e disciplinada dentro do quadro de constante mutação que se observa na vida econômica.

Unidade: O planejamento deve formar um todo orgânico e compatível para que se evitem duplicidade de esforços e desperdícios de recursos.

Inerência: Nada será realizado com eficiência se não houver planejamento de suas diretrizes em acordo com as mutações do meio social.

¹ Para maior compreensão acerca da relação entre prestação de contas e autoavaliação das organizações públicas, conferir: FAVRETO, E. K.; ALVES, F. S.; SILVA, J. C. S.; MELO, M. T. *Contabilidade Aplicada ao Setor Público: Uma Análise da Prestação de Contas como Instrumento de Autoavaliação Institucional*. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 9, n. 2, p. 40–57, 2016. DOI: 10.24979/33. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/33>.

Continuidade: O planejamento deve ser permanente, de duração ilimitada (CATAPAN; BERNARDONI; CRUZ, 2013, p. 29-30).

Tais princípios se mantêm em ciclo o planejamento da administração das organizações públicas, entretanto, esclarecemos que estes princípios não são aqueles previstos na Constituição Federal, mas princípios que regem a administração pública segundo teóricos do planejamento. A Constituição Federal de 1988, por sua vez, dispõe, no seu artigo 37, os seguintes princípios: legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

No exercício da função pública aplica-se o **princípio da legalidade** na medida em que o administrador público só pode fazer o que a lei determina. Já o **princípio da impessoalidade** ressalta que a atividade pública deve ser destinada a todos os cidadãos de igual modo. O **princípio da moralidade** vai além do princípio da legalidade, tendo em vista que diz respeito ao merecimento da atuação da administração pública. Obedecendo ao **princípio da publicidade**, os atos e fatos das esferas governamentais devem ser publicados em portais de transparência para que todos os cidadãos tenham acesso às informações. E deverá o servidor público trabalhar com eficiência, seguindo o **princípio da eficiência**, fornecendo serviços de qualidade para os cidadãos (BRASIL, 1988).

Todos os princípios elencados aqui, estejam aqueles dispostos na constituição ou não, servem como parâmetro para as ações de gestores e agentes públicos, direcionando e limitando a forma como os recursos públicos devem ser administrados. Neste sentido, a contabilidade pública tem um papel significativo na disponibilização das informações contábeis, bem como os demonstrativos dos gastos públicos.

5 | O PAPEL DA CONTABILIDADE PÚBLICA NA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A NBC T 16.1, aprovada pela Resolução nº 1.128/2008, afirma que o objetivo da contabilidade pública é disponibilizar informações, referentes à previsão das receitas, para a fixação de despesas à execução orçamentária, patrimonial e financeira da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Onde, de acordo com Moraes (2013, p. 19):

A instrumentalização da publicidade delineada como princípio constitucional brasileiro, no âmbito da prestação de contas da gestão pública, fortalece no Brasil o controle social à medida que permite que o cidadão tenha liberdade de acesso às informações publicadas pelo Estado, aumentando a legitimidade da esfera de decisão política [...].

Para tanto, as informações fornecidas pela contabilidade pública devem auxiliar o gestor público na tomada de decisão e na prestação de contas, servindo como suporte à instrumentalização do controle social. Deste modo, o objeto da contabilidade pública é o patrimônio público (ASSUMPÇÃO, 2011).

De acordo com Lima e Castro (2009), a contabilidade pública é definida como sendo

um ramo da Ciência Contábil aplicada às entidades públicas, buscando gerar informações amplas e acessíveis sobre a gestão da organização pública a qual se aplica.

Na contabilidade pública, o patrimônio é definido como sendo o conjunto de bens e direitos utilizados pela entidade, o que representa um fluxo de benefícios intrínseco para a prestação de serviços públicos e suas obrigações. Tais bens, direitos e obrigações podem ser demonstrados por meio do Balanço Patrimonial, que, segundo a Lei Federal nº 10.406/2002, art. 98: “São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa que pertencerem” (BRASIL, 2002).

Além do Balanço Patrimonial da entidade pública, a prestação de contas também está fundamentada no orçamento, que na contabilidade é um instrumento de planejamento da previsão de receitas e fixação das despesas a serem realizadas pelas esferas governamentais (ASSUMPÇÃO, 2011). Segundo Catapan, Bernardoni e Cruz (2013), o orçamento público objetiva alinhar as obrigações sociais e as ações de curto, médio e longo prazo das esferas governamentais, sendo elaborado por meio de três principais etapas: o Plano Plurianual (PPA); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

Assumpção (2011), em sua obra “Contabilidade Aplicada ao Setor Público”, traz outras demonstrações contábeis aplicadas às entidades públicas, como: o Balanço orçamentário; o Balanço financeiro; a Demonstração das variações patrimoniais; a Demonstração de fluxos de caixa; a Demonstração do resultado econômico; a Demonstração das mutações do patrimônio líquido; e, as Notas explicativas.

As demonstrações contábeis no setor público servem para esclarecer melhor as ações dentro das organizações, evidenciando as receitas e as despesas ao longo de um determinado período. Assim, o orçamento público é fundamental para que tais demonstrativos possam ser desenvolvidos de modo adequado.

6 | CICLO DO ORÇAMENTO: PPA, LDO E LOA

A Administração Pública, direta ou indireta, está limitada a fazer somente o que a lei permite. Assim, os recursos públicos do governo, e, por conseguinte, de uma determinada entidade pública, são limitados conforme o que é estabelecido na Lei Orçamentária Anual (LOA). A LOA é dividida por temas (Saúde, Educação, Segurança, etc.) e é nela que são fixadas as receitas e despesas do governo (Federal, Estadual ou Municipal), bem como de cada organização pública a ele ligada. A LOA é, portanto, um documento que formaliza o orçamento segundo as diretrizes orçamentárias determinadas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

A LDO, por sua vez, estabelece as prioridades do governo em questão, sendo, como a LOA, construída anualmente. É na LDO que serão traçadas todas as metas e diretrizes

de governo para o próximo ano, de modo que o orçamento possa ser delimitado para a execução dessas metas. A LDO segue deste modo, as políticas estabelecidas no Plano Plurianual (PPA).

O PPA é um documento confeccionado sempre no primeiro ano de mandato de um governo, valendo para os próximos 4 anos (os 3 anos seguintes do governo vigente e o primeiro ano do governo seguinte). Nele está reunido todo o plano de um determinado governo, onde são estabelecidas as políticas, as diretrizes, os objetivos e as metas para o desenvolvimento do governo. A LDO segue o que é estabelecido no PPA e a LOA determina o orçamento para as diretrizes elencadas na LDO. Assim, a LDO serve de elo entre o plano de governo (PPA) e o orçamento (LOA).

A LOA, a LDO e o PPA, portanto, formam as peças legais do orçamento federal, estadual ou municipal, sendo que as instituições públicas ligadas a cada um desses governos estão incluídas na construção desses documentos, participando, dessa forma, do orçamento público. O orçamento público, portanto, fixa receitas e direciona despesas que o governo poderá, ou não, executar.

A receita pública pode ser, segundo Assumpção (2011), dividida em dois enfoques: o patrimonial e o orçamentário. Sob o **enfoque patrimonial**, as receitas são compreendidas como um aumento nos benefícios econômicos, durante o exercício contábil, na forma de entrada de recursos na organização, podendo também ocasionar um aumento no ativo e diminuição do passivo, resultando, portanto, no aumento do patrimônio líquido. Já no **enfoque orçamentário**, as receitas são vistas como entradas disponíveis que farão frente às despesas orçamentárias (ASSUMPÇÃO, 2011).

Para Catapan, Bernardoni e Cruz (2013), entretanto, a receita pública pode ser compreendida como toda arrecadação de renda autorizada pela Constituição Federal, leis e títulos creditórios à Fazenda Pública, que podem ser classificadas como: 1) receitas efetivas, quando se realizam entradas patrimoniais; e 2) receitas por mutação patrimonial, quando os rendimentos são referentes à exclusão patrimonial. Além disso, são normalmente divididas em duas categorias: 1) as despesas orçamentárias, que são aquelas previstas no orçamento; e 2) receitas extraorçamentárias, que são aquelas decorrentes de outras fontes, sendo apenas acessórias.

Cruz (2012) cita como exemplo de receita efetiva o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), que é uma variação ativa, pois acrescenta receita à organização sem gerar uma dívida futura; e como exemplo de receita não efetiva (por mutação patrimonial) a alienação de bens, que causa uma variação passiva, acrescentando receita à organização ao mesmo tempo em que causa uma baixa de bens do ativo.

Quanto à despesa pública, Catapan, Bernardoni e Cruz (2013, p. 96-97) citam Lima (2006), que destaca:

[...] a despesa pública constitui-se em toda forma de saída de recursos ou de pagamento efetuado a qualquer ator social, envolvendo autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais. As despesas públicas correspondem, pois, à aplicação das receitas para o custeio da administração pública, bem como para os investimentos.

Essas despesas, portanto, podem ser classificadas, assim como as receitas, como: orçamentárias e extraorçamentárias, dependendo de estarem incluídas no orçamento ou não. Elas podem ainda serem originadas de fatos que ocorrem através da execução da proposta orçamentária ou mesmo derivar de fatos que independem de autorização orçamentária.

Receitas e despesas públicas, orçamentárias ou extraorçamentárias, formam, neste sentido, a base de todo o planejamento das políticas públicas que poderão ser executadas em um determinado período de tempo. Assim, os gestores e agentes públicos precisam demonstrar, de maneira transparente, como estas receitas e despesas foram executadas neste período.

7 | TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

A Transparência Pública é um conjunto de ações de um determinado governo ou instituição no sentido de disponibilizar à população informações referentes ao seu funcionamento e à sua prestação de contas. Nesse sentido, tais ações devem procurar atender ao que está estabelecido na Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, conhecida como a Lei da Transparência, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, assim como na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regula o acesso à informação.

A transparência deve, nesse sentido, ser disponibilizada à população em geral, de modo a garantir o direito de monitorar a utilização dos recursos públicos. Com esse intuito, os governos federal, estaduais e municipais devem manter portais de transparência, de modo que as organizações públicas a eles ligadas possam abastecê-los com informações relevantes ao público sobre o seu funcionamento, a publicação de leis, decretos, portarias, resoluções, instruções normativas, manuais, etc., além de informações referentes à prestação de contas para o desenvolvimento das ações desenvolvidas por elas.

Nesse sentido, o Portal Transparência, seja dos governos ou das organizações e instituições que mantêm os seus próprios portais, deve ser uma fonte de informações para a população em geral, de modo a poder acompanhar os gastos públicos de forma adequada.

8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou apresentar e discutir, por meio de uma pesquisa qualitativa e

uma análise bibliográfica, o conceito de accountability e seus desdobramentos dentro da esfera pública.

Verificamos que a accountability envolve a relação do público com o privado, haja vista que o gestor público é um representante e, portanto, precisa prestar contas dos recursos públicos adquiridos para o desenvolvimento das políticas públicas. Esta prestação deve ser feita à população que outorgou tal representação a ele, que deve, a seu turno, verificar se os recursos públicos foram executados de forma correta. A relação representante e representado não é, neste sentido, apenas uma relação política, ela é também uma relação contratual, haja vista que o representante recebe a incumbência de gerenciar a “coisa pública”, gerenciar aquilo que é de todos.

A prestação de contas serve não só como ferramenta de transparência da destinação dos recursos públicos, tanto para os órgãos de fiscalização quanto para o público em geral, mas também como meio de alimentar a gestão com mais informações administrativas e contábeis para a tomada de decisões futura. Assim, ela não pode ser encarada unicamente como obrigação pelos gestores públicos, mas também como um instrumento de promoção da reflexão acerca das ações do governo e das organizações públicas, possibilitando o desenvolvimento na prestação de serviço e na construção da cidadania.

A accountability, portanto, não é apenas o ato de prestar de contas, mas o ciclo que está envolto nesta ação: a relação do representante com seus representados; o ciclo do orçamento público, que envolve desde o planejamento das políticas até o debate acerca dos recursos destinados a elas; a condução e execução do orçamento e das políticas públicas; a demonstração contábil envolvida na prestação de contas; a transparência dos demonstrativos contábeis e a aplicação dos recursos públicos; e a avaliação da prestação de contas, tanto pelos órgão colegiados competentes, quanto pela população em geral no exercício de sua cidadania.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças Públicas, Democracia e Accountability**: debate teórico e o caso brasileiro. XXIX Encontro da Anpocs, São Paulo, 2005.

ASSUMPÇÃO, Marcio José. **Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Curitiba, Ibpex, 2011.

BLUME, Bruno André. **PPA, LDO e LOA**: As 3 siglas que definem o orçamento do governo. Disponível em: <http://www.politize.com.br/ppa-ldo-loa-3-siglas-que-definem-orcamento-governo/>. Acesso em: 15 nov. de 2020.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Presidência da República, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 9.203**, de 22 de novembro de 2017. Brasília: Presidência da República, 2017.

BRASIL. **Lei Complementar nº 101**, de 04 de maio de 2000. Brasília: Presidência da República, 2000.

BRASIL. **Lei Complementar nº 131**, de 27 de maio de 2009. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Lei nº 12.527**, de 18 de novembro de 2011. Brasília: Presidência da República, 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos. **Prestação de Contas**. 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Usu%C3%A1rio/Desktop/TEXT0%202%20%20Presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20Contas.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2021.

CATAPAN, Anderson; BERNARDONI, Doralice Lopes; CRUZ, Alisson Westarb. **Planejamento e orçamento na administração pública**. Curitiba, Intersaberes, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução nº 1.111**, de 29 de novembro de 2007. Diário Oficial da União. Brasília, DF dez 2007. Disponível em: <http://www.cfc.org.br/sisweb/sre/docs/RES_1111.doc>. Acesso em: 23 jan. 2021.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Manual de procedimentos contábeis e prestação de contas das entidades de interesse social**. 2. ed. Brasília: CFC, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC nº 1.128**, de 21 de novembro de 2008. Brasília: CFC, 2008.

CRUZ, Flávio da. **Contabilidade Pública I**. Florianópolis, Departamento de Ciências Contábeis, UFSC, 2012.

FERREIRA, Heloísa Caldas. **Prestação de Contas**. Curitiba, Instituto Federal do Paraná, 2012.

GEMENES, Éder Rodrigo; LEONARDO, Vera Sirlene. **Prestação de contas: nível de transparência nas entidades do terceiro setor**. 2009. Disponível em: <http://cacphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario4/trabcompletos_estado_lutas_sociais_e_politicas_publicas/Trabcompleto_prestacao_contas_transparencia.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2020.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Diana Vaz de; CASTRO, Róbison Gonçalves de. **Contabilidade pública: integrando União, Estados e Municípios**. São Paulo, Atlas, 2009.

MATTEI, Rejane Esther Vieira. **Accountability, Democracia e Cidadania Organizada: Uma Análise do Conceito de Accountability como Ferramenta de Controle e Transparência na Gestão Pública**. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/negocios/accountability-democracia-e-cidadania-organizada-uma-analise-do-conceito-de-accountability-como-ferramenta-de-controle-e-transparencia-na-gestao-publica/35351/>>. Acesso em: 17 dez. 2020.

MIGUEL, Luís Felipe. **Impasses da Accountability**: Dilemas e Alternativas da Representação Política. Revista de Sociologia e Política. Curitiba, UFPR, nº 25, nov. 2005.

MORAES, Nelson Russo de. **Internet, Prestação de Contas e Transparência na Gestão Pública Municipal**. 2013, 266fls, Tese (doutorado). Salvador: UFBA- Faculdade de Comunicação, 2013.

PALUDO, Augustinho Vicente. **Administração Pública**: teoria e mais de 500 questões. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

ROCHA, Arlindo Carvalho. **Accountability na Administração Pública**: Modelos Teóricos e Abordagens. Revista Contabilidade, Gestão e Governança, Brasília, v. 14, n. 2, p. 82 – 97, 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Accountability 7, 53, 61, 113, 114, 115, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154, 160, 162

Acessibilidade 8, 56, 165, 222, 223, 224, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 235, 236

Acesso 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 60, 61, 79, 97, 98, 103, 112, 113, 118, 121, 122, 123, 134, 142, 143, 144, 145, 160, 171, 183, 187, 190, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 207, 219, 220, 221, 228, 229, 233, 235, 236, 237, 239, 241, 243, 245, 250, 251, 252, 254, 255, 259, 261, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 276, 303, 304, 307, 308, 311, 312, 313, 318, 350, 351

Acesso à Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 54, 55, 61, 121, 134, 266, 304

C

Combinação 244, 246, 247, 248, 252, 253, 275, 296

Compras Públicas 7, 164, 165, 166, 167, 170, 172, 173, 177, 178, 179, 183

Contabilidade Pública 43, 49, 113, 115, 118, 119, 123, 160, 161

Controle Externo 3, 97, 116, 125, 130, 133, 137, 147, 148, 149, 150, 158, 161, 162, 181

Controle Social 6, 5, 7, 27, 38, 39, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 54, 91, 96, 115, 116, 118, 141, 149

Convênios 56, 81, 82, 84, 86, 87, 91, 93, 94, 95, 96, 97, 98

D

Dependência 7, 7, 71, 99, 100, 102, 103, 104, 106, 108, 111, 112, 273, 286, 287, 291, 295, 296

Diabetes 8, 206, 207, 208, 209, 210

Direito Fundamental 5, 20, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 30, 35

Docentes 5, 9, 242, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 260, 280, 301

E

Educação a Distância 241, 249, 261, 263, 270, 271, 272, 274

Educação de adultos 262, 264, 274

Ensino não presencial 260

Epidemiologia 212, 217, 220

Escolaridade 7, 146, 147, 148, 153, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 287, 341

Estado do Pará 7, 146, 147, 148, 149, 150, 153, 154

Estratégia 2, 5, 38, 164, 185, 187, 190, 196, 213, 219, 220, 224, 269, 319, 342, 351

Execução Orçamentária 6, 38, 39, 41, 42, 44, 45, 48, 52, 55, 66, 99, 104, 115, 118, 127, 143

Externalização 244, 246, 247, 248, 253

F

FPM 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112

G

Gastos com Pessoal 6, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78

Gestão IES 262

Governança da Internet 9, 262, 265, 266, 278, 280

I

Inclusão Social 53, 96, 222, 223, 224, 231, 232, 233, 236, 315

Infância 206, 210

Informação 6, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 61, 91, 121, 134, 147, 167, 168, 174, 178, 184, 196, 214, 217, 219, 236, 259, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 272, 278, 279, 288, 304, 305, 310

Internalização 244, 246, 247, 248, 253, 321

L

Lei de Acesso à Informação 6, 1, 3, 4, 6, 7, 9, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 26, 31, 35, 36, 37, 38, 46, 54, 55, 61, 134

M

Microrregião 6, 63, 64, 67, 72, 78

Ministério Público 1, 3, 4, 5, 6, 10, 14, 18, 19, 21, 43, 44, 53, 129, 143

Municípios 6, 7, 7, 26, 31, 36, 38, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 84, 85, 86, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 118, 123, 125, 126, 127, 128, 130, 131, 132, 133, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 158, 159, 160, 161, 162, 201, 213, 217

Municípios Cearenses 6, 7, 50, 51, 54, 56, 58, 60, 99, 100, 104, 107

O

Óbitos 206

Objetivos 4, 10, 11, 23, 29, 30, 43, 44, 52, 64, 66, 67, 69, 81, 82, 83, 84, 86, 87, 91, 94, 95,

96, 101, 104, 117, 120, 131, 136, 150, 165, 166, 167, 174, 180, 181, 185, 186, 187, 188, 189, 194, 195, 199, 201, 204, 238, 242, 246, 253, 258, 274, 275, 288, 295, 302, 305, 318, 342, 345

Organizações 5, 43, 84, 87, 113, 114, 117, 118, 119, 121, 122, 134, 142, 165, 166, 167, 168, 170, 177, 186, 187, 189, 195, 254, 263, 265, 268, 269, 270, 276, 304, 325, 327, 330, 341, 342, 350

P

Pandemia 9, 195, 244, 245, 246, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 260, 261, 263, 264, 267, 269, 271, 277, 280, 281

Pareceres Prévios 7, 125, 128, 131, 132, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142

Parques 8, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 230, 231, 235, 236

Perfil de saúde 212

Planejamento 7, 39, 40, 63, 65, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 127, 142, 150, 167, 171, 172, 173, 174, 177, 178, 179, 181, 183, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 201, 222, 236, 252, 253, 262, 263, 264, 266, 276, 289, 302, 319

Planejamento Estratégico 7, 177, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196, 197, 262, 263, 264, 266, 276

Políticas Públicas 8, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 52, 61, 84, 121, 122, 126, 150, 153, 159, 204, 219, 265, 303, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 341

Praças 8, 222, 223, 224, 225, 227, 230, 231, 232, 235, 236

Prestação de Contas 39, 44, 45, 53, 55, 64, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 121, 122, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 137, 138, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 153, 154, 171

R

Redes Sociais 7, 164, 166, 168, 170, 178, 182, 183, 184, 234

S

Setor Público 13, 51, 63, 64, 95, 101, 115, 116, 117, 119, 122, 144, 166, 303

Socialização 244, 246, 247, 248, 249, 253, 259, 341

T

Transferências Voluntárias 6, 81, 85, 86, 88, 93, 97, 98

Transparência Pública 6, 1, 5, 9, 50, 51, 52, 53, 60, 61, 121

Tribunais de Contas 1, 3, 4, 7, 8, 20, 44, 53, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 139, 142, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 161

Tribunais de Justiça 1, 3, 4, 8, 15, 18, 19

Tribunal de Contas 7, 3, 7, 14, 15, 44, 50, 54, 55, 56, 67, 78, 85, 86, 91, 97, 116, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 135, 136, 137, 138, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148,

149, 150, 161, 162, 170, 172, 175, 177, 181, 183

Turismo 108, 111, 222, 228, 230, 235, 236, 237

U

Universidades Estaduais 6, 81, 82, 91

V

Varginha-MG 6, 63, 64

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA,
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS
ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

ADMINISTRAÇÃO:

CIÊNCIA E TECNOLOGIA, ESTRATÉGIA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

@atenaeditora 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 